



Periodicidade: Diário	Temática: Educação
Classe: Informação Geral	Dimensão: 1624
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 56361	Página (s): 10 a 11

10

CONTAS DO ESTADO SOCIAL



Metas do memorando

O que diz o memorando
Reduzir custos da educação em 195 milhões de euros



O que fez o Governo
Diminuiu o orçamento para educação em mil milhões de euros, a partir de 2012. Seguindo a recomendação de "racionalizar a rede escolar", criou 235 mega-agrupamentos, cortando também no número de professores e funcionários

A medida afeta cerca de 2,2 milhões de estudantes, entre ensino básico, secundário e superior



Estado pagou 35 milhões a colégios acusados de irregularidades

Privados. Cinco colégios visados numa queixa-crime apresentada pela Fenprof receberam 14 milhões de financiamento estatal em 2013. E o grupo GPS, a ser investigado por corrupção, embolsou 20,8 milhões. Desrespeito às leis laborais e pressões sobre os professores são foco de polémica no Externato Capitão Santiago Carvalho, no Fundão

RUI MARQUES SIMÕES

"Indícios fortes de peculato, utilização indevida de dinheiros públicos, abuso de poder e participação em negócio ilícito" no financiamento a colégios privados levaram a Federação Nacional de Professores (Fenprof) — nas palavras do seu secretário-geral, Mário Nogueira — a apresentar uma queixa-crime na Procuradoria-Geral da República em fevereiro. Antes, já o grupo GPS estava a ser investigado por suspeitas de corrupção e enriquecimento ilícito. Ao todo, entre o grupo com sede em Pombal e as escolas que, ao que o DN apurou, são visadas na denúncia do sindicato, estão estabelecimentos que receberam quase 35 milhões de euros, do Estado, no ano passado.

ODN sabe que a queixa-crime da Fenprof tanto versa colégios que têm turmas participadas — apesar de funcionarem em zonas em que a oferta da escola pública seria suficiente para cobrir essas necessidades — como outros que são acusados de desrespeito às leis laborais e pressões sobre o corpo docente. Entre os primeiros casos, ao que foi possível apurar, estão entidades como o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira (recebeu 6,7 milhões de euros de financiamento em 2013) e o Colégio Internato dos Carvalhos, de Gaia (obteve cerca de cem mil euros no ano passado). Entre os segundos, com base em acusações de docentes, serão visados estabelecimentos como a Escola Salesiana de Manique, de Cascais (embolsou 5,3 milhões de euros em 2013), o Externato Capitão Santiago Carvalho, de Alpedrinha, Fundão (ganhou 1,2 milhões) e o Externato de Nos-

sa Senhora dos Remédios, de Tortosendo, Covilhã (recebeu 730 mil euros).

A estes colégios, que receberam 14 milhões de euros em 2013, segundo a lista de subvenções divulgada pela Direção-Geral da Administração Escolar, junta-se o grupo GPS. Tal como o DN já noticiara, onze dos 25 estabelecimentos de ensino do grupo — que está a ser investigado por suspeitas de corrupção e enriquecimento ilícito e foi alvo de buscas da Polícia Judiciária em janeiro — tiveram financiamento estatal em 2013, num total acumulado de 20,8 milhões de euros.

Quanto à queixa-crime entregue na PGR, Mário Nogueira não entra em pormenores, mas revela que estão em causa "diversas situações de má utilização de dinheiros públicos", denunciadas com base em relatos que chegaram à Fenprof. "A queixa que fizemos é com casos concretos e com indícios fortes. Há casos de gestão não muito católica dos dinheiros públicos, de não cumprimento no que toca a salários, à carreira docente e ao que está estabelecido no contrato coletivo de trabalho", admite.

Entre a prova testemunhal entregue com a queixa estão uma reportagem televisiva da TVI e o estudo sobre a reorganização da rede do ensino particular e cooperativo com contrato de associação (realizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a coordenação de António Rochette, *ver texto ao lado*). Essas foram duas das maiores fontes de polémicas envolvendo os colégios privados nos últimos anos, por denunciarem irregularidades financeiras, casos de abusos de poder e coação de professores e exemplos de regiões onde a oferta da escola pública chegaria, em tese, para não ser necessário recorrer ao financiamento de

colégios através de contratos de associação.

Entre os casos de "desregulação laboral", Maria da Cruz Marques, responsável distrital do Sindicato dos Professores da Zona Centro, em Castelo Branco, denuncia o do Externato Capitão Santiago Carvalho. "A direção quis alterar os tempos letivos, desrespeitando o contrato coletivo de trabalho e levando a que os professores tenham de trabalhar muito mais minutos para receberem o equivalente a um horário completo. É um cenário de insultos, pressões e intimidações que se tem agravado nos últimos tempos e que até os faz terem receio de falar. Os que se insurgem são alvos a abater", descreve.

Porém, o diretor pedagógico da Escola de Alpedrinha, António Santiago, desmente tal ambiente. "O Externato sempre se regeu no estrito cumprimento da lei e nunca teve qualquer acusação. Alguns professores vieram falar comigo e disse-lhes que caso não concordassem [com as condições laborais] fizessem o favor de ir para tribunal. Nunca o fizeram porque não estão dispostos a ouvir a resposta. Batem-se por direitos que não existem", aponta, admitindo um alto nível de exigência para com os docentes: "O que se pretende é um serviço de excelência, mas há pessoas que não estão dispostas a cumprir metas e objetivos."

Neste caso, o conflito laboral já levou mesmo a que a Inspeção-Geral de Educação fizesse uma auditoria à escola, não sendo ainda conhecidos os resultados da ação inspetiva. E Maria da Cruz Marques admite que os professores estão a estudar apresentar uma queixa no Ministério Público "por causa do assédio moral e do tratamento diferenciado que lhes tem sido imposto".

Nos outros colégios não há professores



dispostos a dar a cara pelas acusações — só há uma fonte do corpo docente da Escola Salesiana de Manique que desdramatiza a situação no estabelecimento, embora admita trabalhar "horas suplementares, que não são pagas". O diretor da Escola Salesiana, padre David Bernardo, diz desconhecer "por completo qualquer ação" instaurada contra o colégio. Já o Externato de Nossa Senhora dos Remédios e o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas não responderam em tempo útil ao pedido de reações remetido pelo DN.

E quanto à ideia de que o Colégio Internato dos Carvalhos fica com turmas que são "desviadas" das escolas públicas vizinhas, o diretor pedagógico do estabelecimento gaiense, Joaquim Cavadas, rejeita qualquer logro. "O que prestamos é serviço público. O colégio já é centenário, enquanto a escola pública só surgiu aqui há 30 ou 40 anos. Não vejo onde esteja a irregularidade", aponta.

Perante estas polémicas, o diretor executivo da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, Rodrigo Queiroz e Melo, prefere não reagir: "Não conheço a situação, não vou comentar." Mas Mário Nogueira não desarma: "Nos colégios sem contrato de associação, curiosamente, não há tanto desrespeito da lei. Parece que os mais inimigos do Estado são os que mais querem viver à conta dele."

Os nove estabelecimentos postos em causa no estudo

Escolas para as quais o estudo "Reorganização da rede do ensino particular e cooperativo com 'contrato de associação'" sugeria a resolução do contrato e o fim do financiamento estatal.

COLÉGIO RAINHA SANTA (Coimbra)
COLÉGIO SÃO JOSÉ (Coimbra)
COLÉGIO SÃO TEOTÓNIO (Coimbra)

COOPERATIVA DE ENSINO DE COIMBRA
EXTERNATO BARTOLOMEU DIAS (Loures)
ESTABELECIMENTO DE ENSINO SANTA JOANA (Aveiro)

EXTERNATO NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (Covilhã)
COLÉGIO SÃO JOÃO DE BRITO (Lisboa)
EXTERNATO JÚLIO CÉSAR (Odivelas)



Sete milhões para escolas mais visadas

Se tivesse sido seguida a recomendação do estudo realizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e divulgado em janeiro de 2011, ter-se-iam poupado 7,2 milhões de euros ao erário público só no ano passado. Esse é o valor do financiamento estatal recebido por nove colégios para os quais o trabalho coordenado por António Rochette recomendava a resolução dos contratos de associação (ver lista acima).

Então, o trabalho académico até ia mais longe, sugerindo também a redução do número de turmas financiadas em muitos outros estabelecimentos privados. Mas, entre fortes críticas dos colégios visados e a mudança do Governo (fora a ex-ministra da Educação Isabel Alçada a encomendar o projeto), nunca saiu da gaveta. "Esse estudo não fazia sentido. Em muitos sítios já havia contrato de associação e só depois foram lá construídas escolas públicas. Nessas situações, a concorrência desleal foi do Estado. Parece-me injusto que se impedisse os alunos de lá continuarem", aponta o diretor executivo da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, Rodrigo Queiroz e Melo. Já António Rochette insiste que "não fazia qualquer sentido" continuar a financiar privados quando as escolas tinham falta de alunos. "Não podemos gastar milhões em obras nas escolas públicas em centros urbanos para depois não abrir mais turmas e dar essas turmas aos colégios. Af, toda a justificação é ideológica", remata.

Cheque-ensino é tema de batalha ideológica

A educação caminha para uma crescente abertura à iniciativa privada? Tudo indica que sim, com os termos "cheque-ensino" e "liberdade de escolha" a entrar no léxico do sector. Mas o tema ainda é o campo de uma batalha ideológica entre quem defende os prós e contras da escola pública ou da privada.

O guião da reforma de Estado, apresentado por Paulo Portas, apontava o caminho da reformulação da educação em Portugal: mais autonomia nas escolas, com concessões a autarquias ou a grupos de professores, implementação gradual do cheque-ensino e criação de um novo ciclo de contratos de associação. E o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, que entrou em vigor em novembro, veio flexibilizar as regras para estes tipos de acordo, que deixam de depender da falta de oferta pública na região onde a escola está instalada.

Significa isto que se está a caminhar para a "liberdade de escolha", há muito reclamada pelos privados (que atualmente acolhem cerca de 20% dos alunos)? O diretor executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, Rodrigo Queiroz e Melo, espera que sim: "A liberdade de escolha é o mais importante. Pode haver muitos pais

que têm os filhos numa escola de que não gostam e assim poderão mudar." E desmente que isso só vá beneficiar os privados: "Não é verdade. Há imensas boas escolas públicas que os pais vão escolher, se puderem, tal como há imensas escolas privadas... Quem vai ficar sem alunos ou terá de trabalhar mais para os manter são as más escolas, sejam públicas ou privadas."

Ainda assim, a hipótese da abertura do sector a privados é vista com reticências por associações de pais e estudiosos do sector.

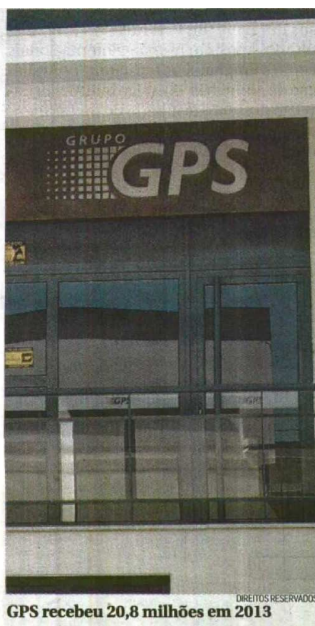
O presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, Jorge Ascensão, diz que "é preciso fazer um debate muito sério e profundo" e que a tendência liberalizadora tem de ser "muito bem regulada". "Não sei como podem falar de liberdade se há limitações nos espaços físicos. Como se vai fazer se a escola fica lotada?", questiona.

"Temos uma viragem ideológica para a escola privada, que sempre foi complementar. O cheque-ensino e a liberdade de escolha significam dar hipótese de escolha a quem sabe escolher. O que está a acontecer é a tentativa de criar uma escola para ricos e outra para pobres", observa Ana Benavente, antiga secretária de Estado da Educação. "Quer

agora tornar os sistemas público e privado indiferenciáveis, por via da falsa questão da liberdade de escolha, é uma subtilidade para fazer implodir o princípio da responsabilidade pública no que toca ao ensino", aponta, por sua vez, Santana Castilho, professor universitário e especialista em política educativa.

António Rochette, coordenador do polémico estudo sobre a reorganização da rede de ensino particular e cooperativo divulgado em 2011, também lança questões: "Se houver 200 lugares numa escola e 500 candidatos, como é feita a seleção? Como garantem que não é em função da capacidade socioeconómica dos alunos? Vai fazer-se como em alguns países no estrangeiro, em que se realiza um sorteio? A liberdade de escolha tem de ser total, a todos os níveis." E lembra: "Abrindo o cenário ao mercado, corremos o risco de uma empresa que tem 500 alunos ir à falência."

Rodrigo Queiroz e Melo tem resposta para quem "tem medo da mudança". "A Associação sempre defendeu que num mecanismo de liberdade de escolha têm de ser os alunos a escolher a escola e não o inverso", explica, frisando: "Estamos a falar de dar oportunidade aos pobres de escolherem, de os tirar do gueto." R.M.S.



GPS recebeu 20,8 milhões em 2013